

Próxima rodada

Ficou marcada para dia 26 de outubro a próxima reunião do Comando Nacional dos Eletricitários com a direção da Eletrobrás para dar continuidade às negociações da campanha salarial deste ano.

Pauta dos patrões

A direção da Eletrosul enviou à Intersul a sua pauta de reivindicações para a campanha deste ano. Uma delas é um primor. Trata de dizer aos sindicatos como é que deverão decretar uma greve: "as assembleias deverão contar com 30% da categoria e o aviso da greve deve anexar a lista dos presentes à assembleia com nome e número de matrícula".

Retificando acordo

Na terça-feira a Intersindical se reúne com o Diretor Administrativo da Celesc para definir uma retificação do acordo coletivo deste ano. Os sindicatos querem que os 85% do prêmio produtividade sejam estendidos às pessoas que estavam afastadas da empresa em setembro.

Questionário adiado

Em função da atual dinâmica das negociações na Eletrosul (troca de governo, de dirigentes de estatais, etc) foi suspenso, por enquanto, o questionário sobre a campanha salarial.

LINHA VIVA

Nº 201 22/10/92

Esquadrão da morte

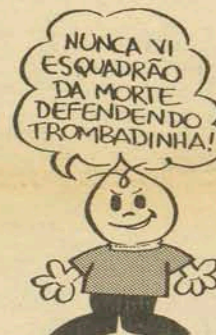
José de Miranda Ramos Filho foi a primeira pessoa a assinar um papel que, de alguma forma, confirma que ele faz parte do "esquadrão da morte" que está envolvido na empreitada de manter Amílcar Gazaniga na direção da Eletrosul. No dia nove de outubro enviou uma carta ao presidente Itamar Franco reivindicando, nas entrelinhas, a permanência da atual direção da empresa.

A carta foi enviada em nome do Senge - Sindicato dos Engenheiros de Santa Catarina e diz que "não endossamos outros movimentos, em relação à empresa, com objetivos políticos, que desmerecem os enormes esforços obtidos à custa de muito sacrifício". A referência é a oposição da Intersindical à reforma administrativa que culminou com mais de mil demissões.

Para Gazaniga restaram os elogios: "...que tais sacrifícios não tenham sido em vão, mas que possibilitem a consoli-

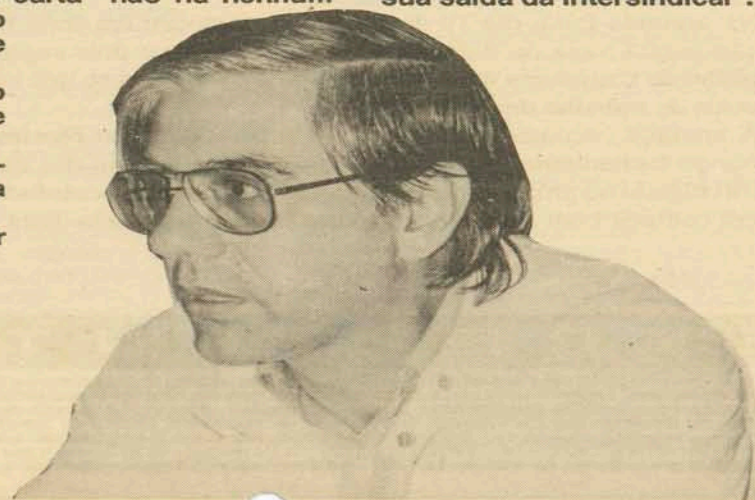
dação dos resultados já obtidos...".

O documento causou espanto entre os engenheiros da Eletrosul que, rapidamente, fizeram um abaixo-assinado exigindo explicações do Senge. No dia 20 de outubro uma "nota de esclarecimento" publicada no jornal Diário Catarinense diz que na carta "não há nenhum pleito d e manut enção nem de repú d i o con t r a qualq u e r



Autoridade da Eletrosul". Pouca gente se satisfaz com a explicação.

Para Arno Cugnier, diretor do Sinergia e ex-diretor do Senge "esta carta revela os verdadeiros envolvimento e compromissos da atual diretoria do Senge, bem como os motivos da sua saída da Intersindical".



CNE discute com governo

O Comando Nacional dos Eletricitários não perdeu tempo. Mal os novos ministros tomaram posse, provocou reuniões que abrem espaços para as reivindicações dos trabalhadores do setor elétrico

"O presidente Itamar Franco assumiu a Presidência da República, mas não governa. O segundo escalão do governo e das estatais continua pertencendo ao Governo Collor e são eles que governam". A afirmação foi feita na semana passada pelo Ministro do Trabalho, Walter Barelli, ao Comando Nacional dos Eletricitários, em Brasília. Por isto, para "passar o Brasil à limpo" é necessário que este mecanismo seja desmontado.

O CNE além do Ministro Barelli, teve reuniões com o Ministro das Minas e Energia, Paulino Cícero (já relatada no Linha Viva anterior), com o Ministro do Planejamento, Paulo Haddad e com os líderes dos partidos de oposição na Câmara Federal. Na pauta dos encontros estavam as questões das privatizações, concessões de serviços públicos, o substituto processual e a negociação salarial para o Sistema Eletrobrás.



Barelli recebeu o Comando

Escolhidos novos Curadores da Celos

Na segunda-feira, dia 19 de outubro, aconteceu em todo Estado a eleição para a vaga de dois conselheiros efetivos e dois suplentes ao Conselho de Curadores da Fundação Celos. A eleição se deu em todos os locais de trabalho da Celesc.

A apuração aconteceu na noite de quarta-feira, em Florianópolis, depois do fechamento do Linha Viva. Por isto o nome dos eleitos só será divulgado no próximo número do jornal. Quem quiser informações, poderá contatar com seu sindicato a partir de hoje, quinta-feira.

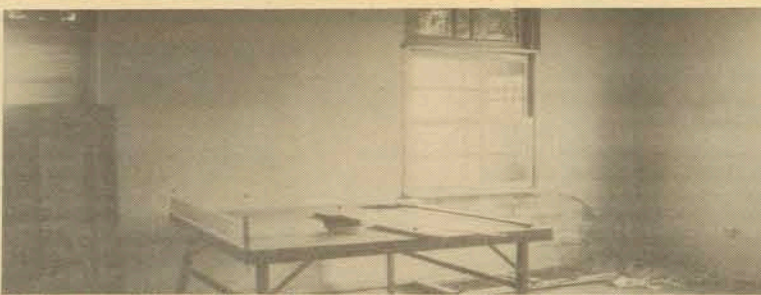
EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Dinovaldo Gilloli. Edição: Gastão Casel (DRT/RS 6166) e Marl Cristina Scamozzon. Ilustrações: Frank Maia. Diagramação e composição na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Impressão: Gráfica do Jornal O Estado. Redação: rua Iacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fone: (0482) 22-3866. Telefax (0482) 23-6596. Telex 481555. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal

O Ministro Barelli se mostrou muito entusiasmado, e fez vários elogios à cláusula, proposta pelos empregados, da criação do Conselho Tripartite. Sobre a questão do reajuste mensal, salientou que o primeiro grande acordo que este novo governo fará será o dos eletricitários e que a determinação oficial é de respeitar o que foi decidido na mesa de negociação. Segundo Barelli, serão estas negociações que irão derrotar ou não a lei salarial vigente, e portanto a responsabilidade de arrancar o melhor acordo possível é muito grande.

Tanto Walter Barelli, como Paulo Haddad ressaltaram que a interinidade do atual governo o fragiliza. Por isto uma das grandes frentes para eles é o Senado, que será responsável pela decisão do impeachment. Basta que 1/3 dos senadores vote à favor de Collor para que seu retorno fique garantido. Assim, nos corredores do poder trava-se uma batalha silenciosa. Por isto, segundo os ministros, é importante que sejam levantadas todas informações possíveis sobre o vínculo do segundo escalão com os esquemas de corrupção Collor. Só assim estas pessoas podem ser demitidas sumariamente, sem ferir suscetibilidades de políticos que os sustentam e que venham a votar contra o afastamento de Collor.

Esta análise da conjuntura atual do poder leva, entende Delman Ferreira, membro do CNE presente a todas estas reuniões, "a que fique bem claro que hoje, quem luta para sustentar pessoas do Governo Collor no poder, está lutando pela volta do presidente afastado. Diante deste quadro, observamos ainda, a insustentabilidade do presidente da Eletrosul no seu posto, uma vez que ele esteve envolvido em esquemas de corrupção do governo passado (Sade, desmonte da empresa, etc)".



Salas semidemolidas foram desativadas, e continuam...

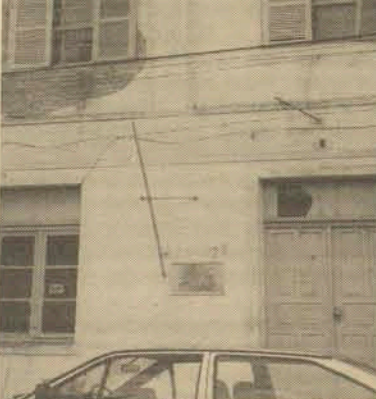
Casa do espanto

Prédio da Celesc em Tijucas está despencando, e coloca em risco a vida dos trabalhadores

Todo ano, conforme determina a lei, o Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho da Celesc - região Grande Florianópolis, promove a Sipat (Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho). O objetivo da semana é conscientizar os empregados da empresa sobre a importância da prevenção de acidentes nos seus locais de trabalho. Mas isto é só teoria. Na verdade a semana é mais um festival de dinheiro jogado fora. O departamento se limita a promover concursos de cartazes em escolas e algumas palestras, de conteúdo bastante discutível, que só servem para os funcionários "matar" horas de trabalho.

A Sipat da Grande Florianópolis está se realizando esta semana e, na terça-feira, foi "descentralizada" para Tijucas. Lá a programação se resumiu a apresentação de duas palestras para alguns funcionários e alunos de uma escola da cidade. Os temas das conferências foram: "Relacionamento Família-Empresa" e "Alcoolismo e Drogas", assuntos alhás que se repetem ano após ano.

O mais grave de tudo isto, é que a poucos metros de onde se realizava a Sipat em Tijucas, 26 empregados da própria Celesc, corriam risco de vida, simplesmente por se apresentarem ao trabalho. Mas isto não foi assunto da



Fachada lembra filme de terror

HORROR - Não existe palavra que descreva com exatidão o horror e perigo que é trabalhar na Celesc, em Tijucas. A maioria das pessoas até tem medo de passar pela frente do prédio da empresa. Medo e nojo. De longe já dá para saber porque. O telhado do edifício de dois andares, está há mais de cinco anos ameaçando ruir. As janelas desconjuntadas e podres vão cair a qualquer momento e se percebe que o reboco não vai segurar mais os tijolos por muito tempo. A empresa há quase dez anos promete que "no próximo ano" constrói novo prédio. Enquanto isto dá pouca bola para a segurança dos empregados. Não se preocupa nem em amenizar a situação. A pintura centenária já descascou. Trepadeiras invadem os banheiros do chão até o teto. Vidraças quebradas não são repostas. Tomadas de luz precárias ameaçam derrubar o prédio por incêndio. A madeira da escada e do piso superior já está carcomida e furada e o fedor de podre é insuportável em algumas peças. O mato está tomando as peças traseiras da casa. A cisterna de captação de água fica junto ao único banheiro praticável. A sujeira, o desânimo, toma conta de tudo: pedaços de reboco caídos, mofo, teias de aranha, carpetes rasgados, peças sem ventilação porque as janelas não podem mais serem abertas. O grande deboche por lá é falar da última "obra" realizada no prédio há alguns anos: a troca de uma janela que virou inclusive matéria no jornal da empresa.

A coisa ficou tão insustentável que a empresa alugou uma peça, do outro lado da praça de Tijucas, para o atendimento ao consumidor e serviço burocrático. Mas o pessoal do macacão azul continua dando expediente no prédio em ruínas.

João Batista da Silva, técnico em segurança do trabalho, que comanda a Sipat disse ao Linha Viva que não compete ao seu departamento se preocupar com o prédio de Tijucas e garantiu que a região da Grande Florianópolis tem índice bastante baixo de acidentes de trabalho. A gente acredita que é porque até agora o prédio de Tijucas ainda não desabou.

O Brasil precisa de oposição para avançar

Afrânio Boppré tem 32 anos, vários deles dedicados à atividades políticas seja como líder estudantil ou como assessor de movimentos sindicais, como Supervisor Técnico do Dieese no estado. Nas eleições de 1990 ele concorreu a Deputado Federal, não se elegeu, e depois de ensaiar uma candidatura a vereador, acabou compondo a chapa da Frente Popular como vice-prefeito. Enquanto participa das discussões sobre o novo governo de Florianópolis, Afrânio falou para o Linha Viva sobre o novo governo federal, as eleições municipais e a derrubada de Collor.

Como ficou o Brasil depois da derrubada de Collor e das eleições municipais?

Afrânio - Foram dois processos importantes e simultâneos. Um foi uma ação política de massas no sentido de buscar redimir e recuperar a cidadania que, sob a bandeira da ética na política, independentemente da vontade do presidente, milhões de pessoas foram para a rua e pressionaram especialmente o Congresso Nacional para que ele admitisse o que era público. O interessante é que a derrubada do Collor não se deu pelas suas atitudes no campo econômico e social, que foram tão graves quanto a corrupção. Tentou-se dar um sentido de luta contra a recessão e o rumo da economia brasileira, mas isso não vingou, não tocou o sentimento da população. A imprensa ajudou nisso, pois veículos como a Veja e Isto É sempre concordaram com a política econômica do Collor, neo-liberal. Derreperam elas trocaram a defesa do ponto de vista econômico pelo ataque no sentido da ética.

E a adesão a este movimento por setores políticos dos mais variados matizes?

Afrânio - Apareceram muitos oportunistas no processo. Não tenha dúvida de que, se não se tivesse publicamente e socialmente se dado conta do que era a corrupção do governo Collor, os partidos de direita, PDS, PFL, Esperidião Amin, Jorge Bornhausen, estariam lá silenciosos e cúmplices do governo. Só depois que o rei ficou nu eles tiveram que posar de defensores da moralidade, uma necessidade do jogo político que mostra o quanto a pressão popular surte efeito real. Eles foram obrigados a fazer o jogo da sociedade, ao invés do do poder.

LV - E as eleições foram influenciadas pelo movimento do impeachment?

Afrânio - A nível nacional o PT foi o grande vencedor, embora tenha perdido em cidades importantes, como o ABC paulista, mas deu uma demonstração de fortalecimento em relação a votações anteriores. O saldo é de interferência política efetiva na sociedade, não é só número de votos. Mas os votos desaguados no PT não são ainda uma opção cristalina pela ideologia do partido, da concepção de mundo.

Foram votos de protesto?

Afrânio - Creio que sim. O PT foi o desafiante na medida em que a maioria dos seus votos foi mais uma negação dos outros políticos do que uma afirmação estratégica. Para nós o desafio é transformar estes votos, através do nosso trabalho nas administrações municipais, em uma opção pelo socialismo.

Quais as suas expectativas com relação ao governo Itamar Franco?

Afrânio - Nós não devemos participar do governo Itamar por duas razões: a primeira é que os votos dados a ele, como vice, foram também os votos anti-Lula, e embora a situação tenha mudado, observar isso é estar atento à vontade popular. Em segundo lugar, já dá pra ver que este governo não trará rupturas e sequer ameaças ao ideário neo-liberal que vinha sendo aplicado pelo Collor, os projetos de privatização. A planilha de privatizações está mantida, por exemplo. A política de combate à inflação continua sendo a recessão, o aperto monetário. Um governo com estas características não pode ter a convivência dos partidos dentro do campo democrático e popular.

Mas não pode haver uma cobrança com relação a esta postura de oposição já de primeira hora?

Afrânio - O Brasil precisa ser viabilizado, mas também precisa de partidos que façam críticas e oposição. Isso faz parte da democracia. Dizer que em nome do Brasil se acaba com a oposição é um grande absurdo. Eu vi o senador Nelson Wedekind dizer que era momento de todos os partidos colaborarem com o Brasil, como se os que não estão no governo não colaborassem com o país.

Com a mobilização pelo impeachment, dá pra se dizer que houve uma mudança cultural com relação ao exercício da cidadania?

Afrânio - Houve uma mudança, embora este movimento seja difícil de conceitualizar. Ele nasceu não se sabe bem de onde e não se sabe para onde vai. Ele foi um marco, recuperou a participação da juventude, embora se saiba que foi muito um clima criado em torno da euforia, nem todos pensavam em uma solução para o Brasil, mas em punição a uma situação. O movimento poderia ter criado um sentido de politização maior, mas foi suficiente para a exigência da conjuntura. Quem foi para a rua se sentiu mais cidadão, até porque foi vitorioso no que se propôs.

Num dos comícios "fora Collor" de Florianópolis os políticos foram literalmente impedidos de falar...

Afrânio - Como candidato eu verifiquei que não se faz muita distinção entre os projetos políticos. Há um senti-

mento médio de que todos os políticos formam uma espécie de classe, uma corporação, e que todos fazem a mesma coisa e são iguais. Isso é despolitização, a falta de distinção que é consequência da falta de esclarecimento sobre projetos diferentes. A própria juventude que estava neste movimento não teve oportunidade de vislumbrar as diferenças e isso é uma falha dos próprios partidos, especialmente dos de esquerda. Além de querer acusar os outros por terem sido vaiados, eles devem procurar os erros que fazem com que não se diferenciem. A mídia colabora para a despolitização, mas em alguma coisa nós estamos errados.

É um problema de conceito político ou de estruturas partidárias?

Afrânio - É de conceito e visão de construção partidária. Os partidos têm dificuldade de trabalhar com uma enorme massa social desorganizada, a



Boppré não teme administrar a capital com minoria na Câmara

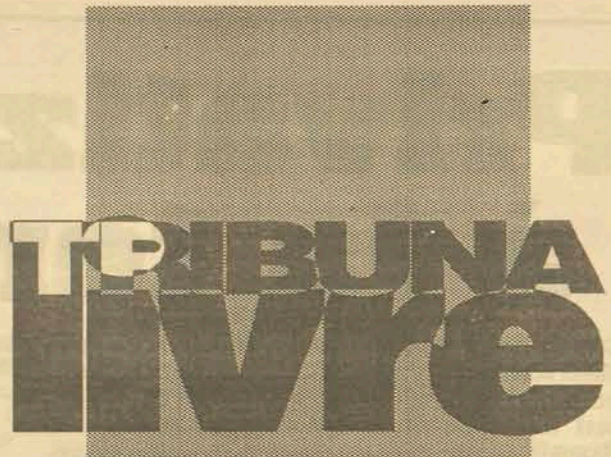
juventude que estava na rua, por exemplo. Não é só o pé-descalço, mas o jovem que não se organiza pelo seu grêmio estudantil, centro acadêmico ou DCE. Muitos colégios contaram com a benevolência das direções dos colégios e dos professores que estimularam a participação.

Baseado naquela máxima que diz que não há democracia forte sem partidos fortes, pode-se dizer que a democracia do Brasil é frágil?

Afrânio - É muito frágil. Na América Latina ela é frágil. Historicamente há um processo pendular que oscila entre ditaduras e democratizações. O Brasil é rico nisso: Vargas e Juscelino, Médici e Collor... Se fizermos referência aos partidos do primeiro mundo poderemos dizer que há uma democracia estável, aqui ainda há um processo em construção. Para nós ela é um meio e um fim na sociedade, ela não está consolidada.

Esta fragilidade se expressa por exemplo, nas eleições municipais?

Afrânio - De alguma forma, pois houve uma grande diferença na qualidade do voto para prefeito e para vereador. Se para o primeiro valeu aquele voto referenciado na conjuntura, por protesto ou convicção, para vereador valeu o voto para o amigo, para o cara que ajudou ou comprou voto com carada de barro, dentadura, retirada de multa, etc... O eleitor está carente e acha justo votar em quem ameniza sua carência. Isso não quer dizer que ele seja um corrupto passivo, mas o outro lado de uma cadeia de clientelismo que subjuga a cidadania.



MAUS CARÁTER

Anélia Buss
Secretária da Ag. de
Distribuição Celesc Criciúma

Lendo o Linha Viva, onde Delman Ferreira da Intersindical fala sobre a nova categoria sindical na Celesc, ou seja, os sindicatos "aderentes" ou "parasitários", me sinto na obrigação de falar especificamente de um: "O Sindicato das Secretárias"; um grande parasita, e bastante prejudicial à nossa saúde.

Imaginem vocês, em qualquer cargo que ocupam dentro da empresa, de repente, ao abrir sua folha de pagamento, depararem com um desconto de 8%, a favor de um sindicato que você nem sabe que existe, você não tem sequer o endereço, telefone, e tampouco soube se até hoje houve alguma assembleia para discutir os direitos de sua "classe". Você fica indignado, vai até o departamento pessoal de sua empresa, e lá eles não tem explicações. Você não se dá por vencido, descobre o nome do sindicato, o telefone e nome do presidente, não sabendo sequer por quem foi nomeado.

No caso do sindicato das secretárias, "Sra. Ana Maria". Num bate papo bastante amistoso, inicialmente é claro, você pede explicações sobre tal desconto, uma vez que o seu sindicato, ao qual você está associado, e que te informa sobre tudo o que ocorre dentro da empresa, e sempre com sua aprovação, não é o das secretárias, e sim o sindicato dos eletricitários.

A "Sra. Presidente" lhe responde que "querendo ou não, você é secretária e não eletricitária, e se não estiver de acordo, troque de função".

Amigos, será que somos obrigados a colaborar financeiramente com um sindicato do qual não concordamos com suas ideias, não queremos que façam nenhum acordo e que em vez de preservar nossos direitos, só tem nos prejudicado?

Eu penso que não, mas a empresa desconta assim mesmo, e as "nossas" representantes sindicais desfrutam maravilhosas férias em Manaus e outros centros turísticos de nosso país.

DO SINDICATO DAS SECRETÁRIAS

Graziela Rodrigues Ribeiro
Secretária do DPCCP/Celesc - Fpolis

Há meios de comunicação que monopolizam o poder de poucos sobre muitos. Desta vez foi o nosso sindicato que se aproveitou de uma convocação para assembleia, feita através do Diário Oficial (pouco lido) para aplicar uma técnica de desconto da categoria um alto percentual, 4% das sócias e 8% das não sócias, do salário de cada secretária, a título de "Diferença Sindicato Secretárias" como consta do contracheque. Que diferença é essa? E porque também das não sócias? Só para título de conhecimento eu sou sindicalizada, ou pelo menos era!

Estou descontente pela forma autoritária e protencinista que gerou este desconto, pois até agora não vi nenhum benefício conquistado pelo sindicato para a categoria, fora os que o majoritário conseguiu, só descontos.

Por coincidência este desconto veio justamente no mês do VIII Congresso Nacional das Secretárias de 26 a 30 de setembro, em Manaus. E o salário veio sem nenhuma correção. E, é de conhecimento que alguns dirigentes saíram daqui uma semana antes do evento. Outra coisa que me deixa intrigada é que todo ano é sempre as mesmas que participam deste Congresso.

Será que só existem estas secretárias na Celesc? E as outras? Que critérios são utilizados para haver tanta coincidência? E o mais incrível é que todo ano é assim. Isso não parece estranho?

Privatizações à la terceiro mundo

Christian Hoffmann, técnico em eletricidade, nascido na Alemanha e que trabalhou em empresas alemãs, sul africanas e multinacionais no Brasil, já foi empregado da Eletrosul, de onde se afastou recentemente para a iniciativa privada. A experiência de trabalho nas mais diferentes empresas do setor elétrico faz Christian comparar a suas atuações no Primeiro e Terceiro Mundo. Ele tem opiniões fortes e fundamentadas, principalmente sobre o processo de "modernização" que está sendo implantado no Brasil. Recentemente concedeu entrevista ao Linha Viva, cujos tópicos principais foram:

O que significa, na prática, a palavra modernização e desestatização, aplicada na Europa e no Brasil?

Christian - Aqui não houve debate sobre o assunto. A única coisa que vimos foi um comercial que dizia que "a desestatização era boa para o país e para todos", e que mostrava um elefantinho abandonando o rabinho. Sinceramente, isto é uma piada! Pura demagogia. Só vimos uma desestatização parcial, conforme normas de país moderno, na época do Ministro Furlan. Foi quando venderam ações da Petrobrás a pequenos acionistas. Isto é a chamada democratização do capital do Estado. Auto-elogios nunca serviram para ninguém, a não ser para obscuros interesses próprios, dos quais estamos cansados de participar: Vasp, PCs, etc.

O senhor diz que para a democratização do capital estatal basta colocar pessoas sinceras e gabaritadas nos postos-chaves. Será tão simples assim?

Christian - Vou dar um exemplo: na Alemanha, na Áustria, fez-se esta democratização através do que chama-se "Conselho Administrativo". É ele que define os rumos da companhia e nele são debatidos os assuntos mais importantes. A diretoria somente executa as resoluções do Conselho. Não cabe ao presidente ou diretores definir os rumos que a companhia deve tomar. Aqui no Brasil, isto existe somente no papel, porque os que comandam, não querem abrir mão de privilégios como indicar nomes para cargos importantes. Ora, assim não se cria responsabilidade nunca e nem transpira-se confiança no sistema.

Como é formado este Conselho?

Christian - É uma espécie de plenário composto de 1/3 de representantes eleitos ou convidados pelos governos ou empresa interessada. Inclui-se neste grupo banqueiros de renome, industriais, administradores de empresa, etc. (Por exemplo: Antonio Ermírio de Moraes, Olavo Setúbal, Wolfgang Sauer, Johanpeter Gerdau). Depois tem outro 1/3 que representam os maiores consumidores e/ou

homens da vida pública como prefeitos, vereadores, deputados e sindicalistas. O último 1/3 é de funcionários da empresa, eleitos pelos funcionários. Um deles será o vice-presidente do Conselho. O surpreendente é que nesta composição encontram-se administradores, mecânicos, eletricitas, mineiros e outras categorias, conforme a atividade de cada companhia. O objetivo de todos é chegar ao consenso e não ao confronto.

Aí estaria um dos erros do processo no Brasil?

Christian - Os erros fundamentais cometidos aqui são vários. Existe a lei das sociedades, só para a indústria privada ver, porque o Estado sempre agiu em benefício próprio, nomeando presidentes e diretorias sem a menor preocupação com seus currículos de competência. Tudo isto nos trouxe até a situação atual: a descapitalização das empresas - no nosso caso do setor de energia elétrica - por razões óbvias. Primeiro: o aviltamento artificial dos preços da energia elétrica, em nome do combate à inflação. Segundo: não transferência de verbas devidas aos

caos administrativo, que resulta no sucateamento da capacidade técnica, do parque industrial e do próprio sistema, obviamente.

Assim, como veria um estrangeiro a atuação da diretoria da Eletrosul?

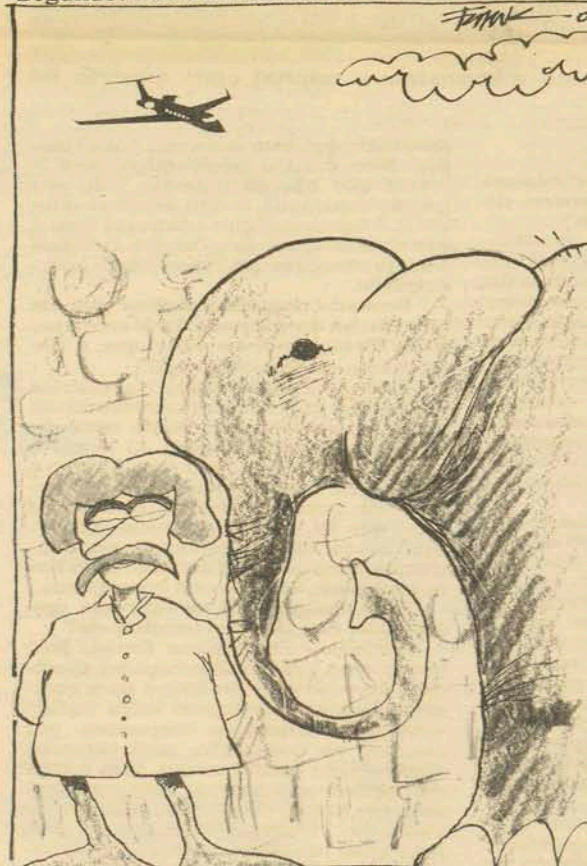
Christian - O regime atual da empresa seria considerado, em outros países, como ridículo, desastroso. Temos nesta empresa pessoas dignas de estarem nas cadeiras da Escolinha do Professor Raimundo. Conseguiram transformar uma empresa modelo, criada com idéias e muitos sacrifícios, num tremendo cartório, onde não páram de circular diretrizes, normas administrativas absurdas e constantes mudanças físicas e de siglas, que completam a confusão. Ao longo do tempo os resultados disto serão danosos à Nação. Homens que se negam a dialogar existem aos milhares na história. Existem os grandes ditadores (César, Napoleão, Hitler, Mussolini, Franco, Lênin, Stálin, Mao Tsé Tung, etc). Mais abaixo estão sujeitos como Idi Amin, Pinochet, Baby Doc, regimes militares, e outros. A cada mudança de governo aparecem novos Miguelitos (o bonequinho da última campanha eleitoral), marionetes dirigidos por interesses que nem sempre são os da Nação, mas de grupos poderosos. Se um presidente chega a um local e "manda" cortar a grama, ele não passa de um presidente de jardinagem. No caso a altura da grama corresponde à expressão "relativo ao cargo". Isto não quer dizer que ele não deva opinar sobre a altura exagerada da vegetação, cobrando do responsável as providências.

Na Europa quais são as bases de uma empresa?

Christian - Salário, condições de trabalho e ambiente de trabalho. Pode haver deficiência num ponto, que é equilibrado pelos outros, mas nunca deficiência de dois deles. Para mim é uma façanha que uma administração consiga eliminar os três pontos e ainda funcione - mesmo que por inércia. O maior patrimônio de uma empresa são seus funcionários e não se faz ambiente de trabalho dando chibatadas de um lado e em seguida dando tapinhas nas costas. Isto é típico de político interiorano, mas não de empresário sério, preocupado com o bem estar de sua companhia e de seus funcionários.

Quais os primeiros resultados da modernização na Europa?

Christian - Aumentou a produtividade, mas foi alarmante o número de desemprego em consequência da automatização. Muitas indústrias abandonaram seus locais de origem para regiões ou países que oferecem mão de obra barata e outras vantagens, apesar de não poderem vender estes bens nos países produtores novos, por falta de poder aquisitivo. Os conflitos sociais aumentaram, a substituição também, especialmente nos países do Leste. As dificuldades maiores se referem ao ajuste para a competição de mercado. Ficaram mais de 50 anos sob a ingerência do Estado na produção e isto criou mercados por planos e não por demanda, contribuindo para a ineficiência do sistema.



produtores de energia pelas companhias estaduais. Isto é sonegação e devia dar cadeia. Terceiro: diretorias escolhidas pela convivência e das quais, portanto, não se pode esperar modernização, mas sim